



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE LEILÃO

Nº 01/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 345.382-1

(Alienação de bens considerados inservíveis e de valor antieconômico , cuja manutenção na carga patrimonial do Poder Judiciário, seja desaconselhável)

ABERTURA: 02 de outubro 2015, às 09:00 horas



O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Comissão Licitação, designada pela Portaria nº 317/2015, de 09 de fevereiro de 2015, publicada no Diário da Justiça do Poder Judiciário, de 13/02/2015, alterada pela Portaria nº 1305/2015, publicada em 15/06/2015, e autorização expedida pelo Presidência do Tribunal de Justiça, de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público que realizará licitação no **dia 02 de outubro de 2015, às 09:00 horas** na sala da Comissão Permanente de licitação, instalada no 5º andar do Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça, situado na Praça Venâncio Neiva, s/n- centro- João Pessoa- Paraíba, na modalidade **LEILÃO, por Lote** do tipo “**MAIOR LANCE**”.

1- DO OBJETO DO LEILÃO

1.1 O presente leilão tem como objeto a alienação de bens considerados inservíveis e de valor antieconômico, cuja manutenção na carga patrimonial do Poder Judiciário seja desaconselhável, previamente avaliados por Avaliador Oficial, conforme laudo de avaliação constante neste processo administrativo.

1.2 Os bens objeto do presente leilão encontram-se descritos no **Primeiro Complemento ao Anexo I do Projeto Básico - Relação dos Veículos e Motos a serem Leiloados**, no valor mínimo estimado em cada lote.

1.3 Os bens relacionados no **Primeiro Complemento ao Anexo I do Projeto Básico - Relação dos Veículos e Motos a serem Leiloados** poderão ser vistoriados (visualmente) até o 1º dia útil anterior à data designada para realização da sessão do Leilão, nos seguintes locais: **Fórum de Bayeux, Fórum Cível, Fórum de Mangabeira, Almoxarifado, Depósito Judiciário, em dia de expediente, no horário das 10:00 h às 17:00 h, mediante agendamento prévio pelo telefone: (83) 3232-1454.**

1.4 Os bens mencionados no Primeiro Complemento ao Anexo I do Projeto Básico - Relação dos Veículos e Motos a serem Leiloados, serão alienados no estado de conservação e condições em que se encontram, pressupondo-se que tenham sido, previamente, examinados pelo licitante, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior às suas qualidades intrínsecas e extrínsecas.

2 – DO LOCAL

2.1 – A sessão Pública do leilão será realizada na sala da Comissão Permanente de Licitação, instalada no 5º andar do Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça, situado na Praça Venâncio Neiva, s/n- centro- João Pessoa- Paraíba.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO

3.1 - Poderão participar do presente procedimento licitatório pessoas físicas e pessoas jurídicas, identificadas da seguinte forma:

Anexo Administrativo Des. Arquimedes Souto Maior, 5º andar, Praça Venâncio Neiva, s/n, Centro, João Pessoa – PB
Telefone: (83) 3216-1456 . (83) 3216-1446 ou (83) 3216-1617, e-mail: comlic@tjpb.jus.br



3.1.1 – Pessoas Físicas: devem ser maiores de idade ou emancipadas, possuidoras de documentos de identidade e CPF, comprovante de residência e, quando for o caso, procuração pública do licitante com poderes para participar do leilão, oferecer lance e assinar termo de arrematação.

3.1.2 – Pessoas Jurídicas: contrato social e eventuais alterações, CNPJ, inscrição estadual, RG e CPF do(s) representante(s). No caso de representação por mandatário, deverá o procurador estar munido de procuração pública com poderes para participar do leilão, oferecer lance e assinar termo de arrematação.

3.2 - Não poderão participar, de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em qualquer das situações a seguir:

3.2.1 - Sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, ou que estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.

3.2.2 - Estejam em processo de falência, ou de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, bem como em dissolução ou em liquidação;

3.2.3 - pessoas físicas ou jurídicas enquadradas no disposto do art. 9º da Lei nº 8.666/93;

3.3 – O vencedor do lance será identificado no ato da assinatura do termo de arrematação, quando então fornecerá o número da carteira de identidade e CPF, no caso de pessoa física, ou CNPJ e Inscrição Estadual, quando Pessoa Jurídica.

3.3.1- Somente poderá participar da fase de lances o próprio licitante ou seu procurador com poderes específicos para ofertar lance e assinar termo de arrematação, quando for o caso.

3.3.2 - Os documentos exigidos nos subitens anteriores poderão ser exibidos no original ou mediante cópia integral, legível e em boa forma, autenticada em cartório ou, se for o caso, pelo Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação) a partir do documento original.

3.4. Neste leilão **NÃO** poderão participar servidores civis e militares lotados no Tribunal de Justiça da Paraíba ou em qualquer unidade do Poder Judiciário da Paraíba.

3.5. É necessário cadastramento prévio e o mesmo será realizado apenas no dia do Leilão, no Local de Leilão. O Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação) poderá suspender, cancelar ou limitar o cadastro de qualquer proponente, caso encontre alguma irregularidade nos dados fornecidos no cadastro.

4 – DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E CONDIÇÕES DO LEILÃO

4.1. Os bens descritos no Primeiro Complemento ao Anexo I do Projeto Básico - Relação dos Veículos e Motos a serem Leiloados serão alienados (leiloados) no estado de conservação em que se encontram, não cabendo ao Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação), bem como ao Tribunal de Justiça da Paraíba, qualquer responsabilidade posterior. Além disso, o arrematante não poderá pleitear a concessão de abatimento no preço em decorrência das qualidades intrínsecas ou extrínsecas dos bens leiloados (mesmo por conta de vícios redibitórios), consertos, reparos, reposição de peças com defeito(s) ou ausentes.

4.2. Os bens serão ofertados e vendidos em Lotes/itens numerados, na ordem estabelecida no Primeiro Complemento ao Anexo I do Projeto Básico - Relação dos Veículos e Motos a serem Leiloados.

4.3. O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, poderá excluir qualquer item do Leilão, a seu único e exclusivo critério, até o momento da abertura da sessão.

4.4. O Tribunal de Justiça, somente responderá pela quitação das multas decorrentes de infrações cometidas até a data da realização do Leilão e que tenham sido notificadas e processadas pelo DETRAN.



5. DO JULGAMENTO, DA ARREMATAÇÃO E DO PAGAMENTO

5.1. Não serão aceitos lances inferiores ao valor da avaliação estabelecido no **Primeiro Complemento ao Anexo I do Projeto Básico - Relação dos Veículos e Motos a serem Leiloados**.

5.2. A simples oferta de lance implica aceitação expressa pelo licitante de todas as normas e condições estabelecidas para o leilão.

5.3. Os lances deverão ser iguais ou superiores ao valor da avaliação (art. 22, § 5º, da Lei nº 8.666/93).

5.4. O Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação), a fim de racionalizar os trabalhos, poderá estabelecer diferença mínima para sucessão de lances.

5.5. Os lances efetuados são irrevogáveis e, se vencedores, geram uma obrigação contratual na forma de promessa de compra.

5.6. Arrematante poderá efetivar o pagamento do item arrematado À VISTA ou através do PRINCÍPIO DE PAGAMENTO de no mínimo 20% (vinte por cento) do valor arrematado.

5.6.1 – No caso de optar-se pela garantia de PRINCÍPIO DE PAGAMENTO de no mínimo 20% (vinte por cento) do valor arrematado, deverá o licitante pagar o restante 80% (oitenta por cento) até às 16:00 h do primeiro dia útil posterior à realização do Leilão. O pagamento do valor arrematado deverá ser confirmado perante o Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação), através de comprovante de depósito, bem como a comprovação de crédito em conta, fornecida pela **Gerência de Finanças e Contabilidade**.

5.6.2 - Perderá o PRINCÍPIO DE PAGAMENTO (20% do valor da arrematação), o arrematante que não pagar o restante do valor da arrematação, dentro do prazo previsto neste Edital, ficando rescindida a arrematação do Lote(s)/item(ns), sem que caiba qualquer recurso, indenização e/ou interposição Judicial.

5.7 A quitação do lote(s) será efetivada após a confirmação do pagamento total da arrematação, cujo crédito poderá ser feito na **Conta Corrente do Tribunal de Justiça Agência 1618-7, Conta nº 36413-4 – Fundo Especial do Poder Judiciário**.

5.7.1 – Não haverá devolução de valores pagos em razão de desistência da aquisição, descumprimento do edital e outros.

5.7.2 – A quitação do item(ns) pago com cheque somente será efetivada depois de cumprido o prazo da compensação, obedecendo às normas estipuladas pelo **BACEN**.

5.8. Após a formulação do lance final e, conseqüentemente, com a lavratura da ata da sessão do Leilão, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irrevogável e só poderá ser desfeita nos seguintes casos:

a) vício de nulidade;

b) se não for pago o preço e;

c) na hipótese de não cumprimento da situação descrita no subitem do subitem 5.6.1. acima.

5.9. Encerrado o Leilão, no local será lavrada ata circunstanciada, sendo o referido documento assinado obrigatoriamente pelo Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação) e pelo(s) Arrematante(s). Na referida ata constarão o(s) Lote(s)/item(ns) leiloados, o(s) valor(es) de arrematação, a identificação e endereço dos arrematantes e o relato dos acontecimentos ocorridos durante a sessão.

5.10. A Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação) deverá entregar o relatório do Leilão, no prazo



de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da realização do certame à Gerência de Material e Patrimônio deste Tribunal de Justiça.

6 – DA RETIRADA DOS BENS ARREMATADOS

6.1. A retirada do bem pelo arrematante fica condicionada à correta inclusão do item na prestação de contas de que trata o subitem 5.7, do item 5, bem como à apresentação de documento emitido pela Gerência de Finanças e Contabilidade que comprove o pagamento, com a devida comprovação de Transferência de propriedade do(s) veículo(s), com a devida nota fiscal relativa a operação.

6.2. O bem leiloadado (arrematado) deverá ser retirado no local indicado no subitem 1.3 do item 1 deste Edital, em até 08 (oito) dias úteis a contar da entrega pela Gerência de Material e Patrimônio ao arrematante do Certificado de Registro de veículos, devidamente preenchido e assinado.

6.2.1. Os veículos quando de sua retirada pelo arrematante do local indicado no subitem 1.3 deste Edital, sairão sem suas placas de identificação oficial.

6.2.2. O Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação) entregará ao arrematante, cópias do Edital do Leilão e do Primeiro Complemento ao Anexo I do Projeto Básico, do Aviso de Edital publicado no Diário Oficial do Estado e uma via da Ata do Leilão para fins de **transferência do veículo junto ao DETRAN**.

6.3. Serão de inteira responsabilidade do arrematante as despesas referentes à transferência de propriedade, retirada, carregamento e transporte do bem, e, quando for o caso, os custos relativos aos tributos incidentes, inclusive taxa de inspeção ambiental veicular e eventuais débitos relativos ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não – DPVAT.

6.4. O descumprimento, pelo arrematante, do prazo estabelecido no subitem 6.2, o sujeitará às sanções previstas no item 7 deste Projeto Básico.

6.4.1. Sem prejuízo das sanções cabíveis, será de responsabilidade do arrematante as despesas havidas pela Administração com a remoção dos bens arrematados, sua armazenagem e quaisquer outros custos decorrentes da inobservância do prazo a que alude o subitem anterior.

6.5. Fica resguardado à Administração o direito de levar os bens arrematados e não retirados no prazo a novo Leilão, para se ressarcir das despesas a que se refere o subitem 6.4.1, acima, bem como de eventual aplicação de penalidade.

7 – DAS SANÇÕES

7.1. O não pagamento do preço ou a não retirada do bem arrematado no prazo estabelecido no presente Edital sujeitará o licitante às seguintes penalidades com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do lance oferecido no caso de não pagamento de preço;
- b) Multa calculada à razão de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia em razão da não retirada do bem arrematado no prazo previsto no subitem 6.2 deste Edital;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos, e;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE LEILÃO – Nº _01_ / 2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 345.382-1

7.1.1. As multas de que tratam as letras “a” e “b”, deste item 7.1, poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas letras “c” e “d”.

7.2. Nas hipóteses das letras “a”, “b” e “c”, do subitem 7.1, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.2.1. Na hipótese a letra “d”, do referido subitem 7.1, deste item 7, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da abertura de vista do respectivo processo.

8 – DOS RECURSOS

8.1. Dos atos praticados pela Administração caberão os recursos que se mostrarem pertinentes, na forma, prazo e demais condições constantes do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, os quais deverão ser interpostos perante a autoridade que praticou o ato recorrido, com vista à sua apreciação de acordo com a legislação regedora da espécie.

8.2. Os recursos deverão ser protocolados no Tribunal de Justiça, no horário das 12:00 h às 19:00 h de segunda a quinta-feira e de 7:00 h às 14:00 h às sextas-feiras, no Anexo Administrativo, situado na Praça Venâncio Neiva, s/n, Centro- João Pessoa-PB.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE

9.1. O arrematante deverá efetuar a descaracterização e a transferência de propriedade dos bens adquiridos no prazo de até **08 (oito) dias**, a contar da entrega pela Gerência de Material e Patrimônio do Certificado de Registro de Veículos devidamente preenchido e assinado pela autoridade competente deste Tribunal de Justiça, ficando sua liberação condicionada a comprovação de transferência de Propriedade do veículo.

9.2. Correrão por conta do arrematante as despesas decorrentes da retirada, transporte, transferência, licenciamento, as taxas de reconhecimento de firma cartorial e transferência cartorial, as multas existentes que vierem a ser notificadas após a realização do leilão e não constantes do Anexo I deste Projeto Básico, como também, aquelas que estiverem em fase de processamento junto ao DETRAN e as taxas de reconhecimento de firma.

João Pessoa, 01 de setembro de 2015.

Arleide Maria da Silva Barbosa
Presidente da Comissão de Licitação TJ-PB



ANEXO I - PROJETO BÁSICO

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente leilão a alienação de bens considerados inservíveis e de valor antieconômico, cuja manutenção na carga patrimonial do Poder Judiciário seja desaconselhável, previamente avaliados por Avaliador Oficial, conforme laudo de avaliação constante neste processo administrativo.

1.2 - Os bens objeto do presente leilão encontram-se descritos no Anexo I deste Projeto Básico.

1.3. - Os bens relacionados no Anexo I deste Projeto Básico poderão ser vistoriados (visualmente) até o 1º dia útil anterior à data designada para realização da sessão do Leilão, nos seguintes locais: Fórum de Bayeux, Fórum Cível, Fórum de Mangabeira, Almoxarifado, Depósito Judiciário, em dia de expediente, no horário das 10:00 h às 17:00 h, mediante agendamento prévio pelo telefone: (83) 3232-1454.

1.4. - Os bens mencionados no Anexo I deste Termo serão alienados no estado de conservação e condições em que se encontram, pressupondo-se que tenham sido, previamente, examinados pelo licitante, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior às suas qualidades intrínsecas e extrínsecas.

2 - DO LOCAL

2.1 - A sessão pública do leilão será realizada na sala da Comissão Permanente de Licitação, instalada no 5º andar do Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça, situado na Praça Venâncio Neiva, s/n – Centro – João Pessoa – Paraíba.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO:

3.1 - Poderão participar do presente procedimento licitatório pessoas físicas e pessoas jurídicas, identificadas da seguinte forma:

3.1.1 – Pessoas Físicas: devem ser maiores de idade ou emancipadas, possuidoras de documentos de identidade e CPF, comprovante de residência e, quando for o caso, procuração pública do licitante com poderes para participar do leilão, oferecer lance e assinar termo de arrematação.

3.1.2 – Pessoas Jurídicas: contrato social e eventuais alterações, CNPJ, inscrição estadual, RG e CPF do(s) representante(s). No caso de representação por mandatário, deverá o procurador estar munido de procuração pública com poderes para participar do leilão, oferecer lance e assinar termo de arrematação.

3.2 - Não poderão participar, de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em qualquer das situações a seguir:

3.2.1 - Sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, ou que estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.

3.2.2 - Estejam em processo de falência, ou de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, bem como em dissolução ou em liquidação;

3.2.3 - pessoas físicas ou jurídicas enquadradas no disposto do art. 9º da Lei nº 8.666/93;

3.3 – O vencedor do lance será identificado no ato da assinatura do termo de arrematação, quando então fornecerá o número da carteira de identidade e CPF, no caso de pessoa física, ou CNPJ e Inscrição Estadual, quando Pessoa Jurídica.

3.3.1- Somente poderá participar da fase de lances o próprio licitante ou seu procurador com poderes específicos para ofertar lance e assinar termo de arrematação, quando for o caso.

3.3.2 - Os documentos exigidos nos subitens anteriores poderão ser exibidos no original ou mediante cópia integral, legível e em boa forma, autenticada em cartório ou, se for o caso, pelo Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação) a partir do documento original.



3.4. Neste leilão NÃO poderão participar servidores civis e militares lotados no Tribunal de Justiça da Paraíba ou em qualquer unidade do Poder Judiciário da Paraíba.

3.5. É necessário cadastramento prévio e o mesmo será realizado apenas no dia do Leilão, no Local de Leilão. O Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação) poderá suspender, cancelar ou limitar o cadastro de qualquer proponente, caso encontre alguma irregularidade nos dados fornecidos no cadastro.

4 – DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E CONDIÇÕES DO LEILÃO

4.1. Os bens descritos no Anexo I serão alienados (leiloados) no estado de conservação em que se encontram, não cabendo ao Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação), bem como ao Tribunal de Justiça da Paraíba, qualquer responsabilidade posterior. Além disso, o arrematante não poderá pleitear a concessão de abatimento no preço em decorrência das qualidades intrínsecas ou extrínsecas dos bens leiloados (mesmo por conta de vícios redibitórios), consertos, reparos, reposição de peças com defeito(s) ou ausentes.

4.2. Os bens serão ofertados e vendidos em Lotes/itens numerados, na ordem estabelecida no Anexo I deste Projeto Básico.

4.3. O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, poderá excluir qualquer item do Leilão, a seu único e exclusivo critério, até o momento da abertura da sessão.

4.4. O Tribunal de Justiça, somente responderá pela quitação das multas decorrentes de infrações cometidas até a data da realização do Leilão e que tenham sido notificadas e processadas pelo DETRAN.

5 – DO JULGAMENTO, DA ARREMATAÇÃO E DO PAGAMENTO

5.1. Não serão aceitos lances inferiores ao valor da avaliação estabelecido no Anexo I deste Projeto Básico.

5.2. A simples oferta de lance implica aceitação expressa pelo licitante de todas as noemas e condições estabelecidas para o leilão.

5.3. Os lances deverão ser iguais ou superiores ao valor da avaliação (art. 22, § 5º, parte final da Lei nº 8.666/93).

5.4. O Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação), a fim de racionalizar os trabalhos, poderá estabelecer diferença mínima para sucessão de lances.

5.5. Os lances efetuados são irretratáveis e, se vencedores, geram uma obrigação contratual na forma de promessa de compra.

5.6. Arrematante poderá efetivar o pagamento do item arrematado À VISTA ou através do PRINCÍPIO DE PAGAMENTO de no mínimo 20% (vinte por cento) do valor arrematado.

5.6.1 – No caso de optar-se pela garantia de PRINCÍPIO DE PAGAMENTO de no mínimo 20% (vinte por cento) do valor arrematado, deverá o licitante pagar o restante até as 16:00h do primeiro dia útil posterior à realização do Leilão. O pagamento da quantia restante deverá ser confirmado perante o Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação), através de comprovante de depósito.

5.6.2 - Perderá o PRINCÍPIO DE PAGAMENTO (20% do valor da arrematação), o arrematante que não pagar o restante do valor da arrematação, dentro do prazo previsto neste Projeto Básico, ficando rescindida a arrematação do Lote(s)/item(ns), sem que caiba qualquer recurso, indenização e/ou interpelação Judicial.

5.7 A quitação do lote(s) será efetivada após a confirmação do pagamento total da arrematação, cujo crédito poderá ser feito na Conta Corrente do Tribunal de Justiça Agência 1618-7, Conta nº 36413-4 – Fundo Especial do Poder Judiciário.

5.7.1 – Não haverá devolução de valores pagos em razão de desistência da aquisição, descumprimento do edital e outros.

5.7.2 – A quitação do item(ns) pago com cheque somente será efetivada depois de cumprido o prazo da compensação, obedecendo às normas estipuladas pelo BACEN.

5.8. Após a formulação do lance final e, consequentemente, com a lavratura da ata da sessão do Leilão, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável e só poderá ser desfeita nos seguintes casos:

a) vício de nulidade;

b) se não for pago o preço e;

c) na hipótese de não cumprimento da situação descrita no subitem do subitem 5.6.1. acima.



5.9. Encerrado o Leilão, no local será lavrada ata circunstanciada, sendo o referido documento assinado obrigatoriamente pelo Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação) e pelo(s) Arrematante(s). Na referida ata constarão o(s) Lote(s)/item(ns) leiloados, o(s)s valor(es) de arrematação, a identificação e endereço dos arrematantes e o relato dos acontecimentos ocorridos durante a sessão.

5.10. A Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação) deverá entregar o relatório do Leilão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da realização do certame à Gerência de Material e Patrimônio deste Tribunal de Justiça.

6 – DA RETIRADA DOS BENS ARREMATADOS

6.1. A retirada do bem pelo arrematante fica condicionada à correta inclusão do item na prestação de contas de que trata o subitem 5.7, do item 5, bem como à apresentação de documento emitido pela Gerência de Finanças e Contabilidade que comprove o pagamento.

6.2. O bem leiloadado (arrematado) deverá ser retirado no local indicado no subitem 1.3 do item 1 deste Projeto Básico, em até 08 (oito) dias úteis a contar da entrega pela Gerência de Material e Patrimônio ao arrematante do Certificado de Registro de veículos, devidamente preenchido e assinado.

6.2.1. O veículo quando de sua retirada pelo arrematante do local indicado no subitem 1.3 deste Projeto Básico, sairão sem suas placas de identificação oficial.

6.2.2. O Leiloeiro Administrativo (Comissão de Licitação) entregará ao arrematante, cópias do Edital do Leilão e do Anexo I desde Projeto Básico, do Aviso de Edital publicado no Diário Oficial do Estado e uma via da Ata do Leilão para fins de transferência do veículo junto ao DETRAN.

6.3. Serão de inteira responsabilidade do arrematante as despesas referentes à transferência de propriedade, retirada, carregamento e transporte do bem, e, quando for o caso, os custos relativos aos tributos incidentes, inclusive taxa de inspeção ambiental veicular e eventuais débitos relativos ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não – DPVAT.

6.4. O descumprimento, pelo arrematante, do prazo estabelecido no subitem 6.2, o sujeitará às sanções previstas no item 7 deste Projeto Básico.

6.4.1. Sem prejuízo das sanções cabíveis, será de responsabilidade do arrematante as despesas havidas pela Administração com a remoção dos bens arrematados, sua armazenagem e quaisquer outros custos decorrentes da inobservância do prazo a que alude o subitem anterior.

6.5. Fica resguardado à Administração o direito de levar os bens arrematados e não retirados no prazo a novo Leilão, para se ressarcir das despesas a que se refere o subitem 6.4.1, acima, bem como de eventual aplicação de penalidade.

7 – DAS SANÇÕES

7.1. O não pagamento do preço ou a não retirada do bem arrematado no prazo estabelecido no presente Projeto Básico sujeitará o licitante às seguintes penalidades com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

- a)** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do lance oferecido no caso de não pagamento de preço;
- b)** Multa calculada à razão de 0,1% (zero virgula um por cento) ao dia em razão da não retirada do bem arrematado no prazo previsto no subitem 6.2 deste Projeto Básico;
- c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos, e;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.1.1. As multas de que tratam as letras “a” e “b”, deste item 7.1, poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas letras “c” e “d”.

7.2. Nas hipóteses das letras “a”, “b” e “c”, do subitem 7.1, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



7.2.1. Na hipótese a letra “d”, do referido subitem 7.1, deste item 7, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da abertura de vista do respectivo processo.

8 – DOS RECURSOS

8.1. Dos atos praticados pela Administração caberão os recursos que se mostrarem pertinentes, na forma, prazo e demais condições constantes do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, os quais deverão ser interpostos perante a autoridade que praticou o ato recorrido, com vista à sua apreciação de acordo com a legislação regedora da espécie.

8.2. Os recursos deverão ser protocolados no Tribunal de Justiça, no horário das 12:00 h às 19:00 h de segunda a quinta-feira e de 7:00 h às 14:00 h às sextas-feiras, no Anexo Administrativo, situado na Praça Venâncio Neiva, s/n, Centro- João Pessoa-PB.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE

9.1. O arrematante deverá efetuar a descaracterização e a transferência de propriedade dos bens adquiridos no prazo de até **30 (trinta) dias**, a contar da entrega pela Gerência de Material e Patrimônio do Certificado de Registro de Veículos devidamente preenchido e assinado pela autoridade competente deste Tribunal de Justiça.

9.2. Correrão por conta do arrematante as despesas decorrentes da retirada, transporte, transferência, licenciamento, as taxas de reconhecimento de firma cartorial e transferência cartorial, as multas existentes que vierem a ser notificadas após a realização do leilão e não constantes do Anexo I deste Projeto Básico, como também, aquelas que estiverem em fase de processamento junto ao DETRAN e as taxas de reconhecimento de firma.

10 - UNIDADE FISCALIZADORA

Gerência de Material e Patrimônio

11 - UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO

GECON – Gerência de Contratação

Em João Pessoa, 01 de junho de 2015.

André da Silva Camilo
GERENTE DE CONTRATAÇÃO

APROVADO ____/____/____



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE LEILÃO – Nº / 2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 345.382-1

**PRIMEIRO COMPLEMENTO AO ANEXO I DO PROJETO BÁSICO
RELAÇÃO DOS VEÍCULOS E MOTOS A SEREM LEILOADOS**



SEGUNDO COMPLEMENTO AO ANEXO I- MODELO DA NOTA DE ARREMATACÃO

LOTE Nº _____

Com a formalização da arrematação do bem acima mencionado, o(a) arrematante declara por esta, que leu atentamente as normas e condições de pagamento divulgadas no Edital DE LEILÃO PÚBLICO Nº ____/____, tendo ciência quanto a obrigação do pagamento do bem arrematado e que adquiriu o bem usado, não testado, não está em período de garantia do fabricante, considerando, portanto, esta aquisição no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, não respondendo o comitente vendedor por defeitos leves ou graves, que possam existir nos bens ora leiloados.

Arrematação no valor de R\$ _____

Arrematante _____

CNPJ / CPF RG: _____

Endereço: _____

Bairro: Complemento: _____

CEP: _____

Cidade: Estado: _____

João Pessoa-PB, ____ de ____ de 2015.

Arrematante (De acordo)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE LEILÃO – Nº / 2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 345.382-1

**TERCEIRO COMPLEMENTO AO ANEXO I - MODELO DE RECIBO A SER ASSINADO
PELO ARREMATANTE**

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, Arrematante do(s)
lote(s) _____ no LEILÃO PÚBLICO Nº _01_/_2015_____, recebi do Tribunal de Justiça
do Estado da Paraíba, o(s) bem(ns): _____, no estado em que se
encontram(m) nesta data.

João Pessoa-PB, _____ de _____ de 2015.

Arrematante